



ANEXO III DO PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Data Formalização	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Intervenção Ambiental SEM AAF	10040000349/18	14/09/2018 14:44:14	NUCLEO POÇOS DE CALDAS

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

2.1 Nome: 00210916-3 / FAZENDA SERTÃOZINHO LTDA		2.2 CPF/CNPJ: 01.593.963/0003-70	
2.3 Endereço: AVENIDA SILVIO MONTEIRO DOS SANTOS, 0		2.4 Bairro: VILA CASCATA DAS ANTAS	
2.5 Município: POCOS DE CALDAS		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 37.704-369
2.8 Telefone(s): (35) 3741-1720		2.9 E-mail:	

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

3.1 Nome: 00210916-3 / FAZENDA SERTÃOZINHO LTDA		3.2 CPF/CNPJ: 01.593.963/0003-70	
3.3 Endereço: AVENIDA SILVIO MONTEIRO DOS SANTOS, 0		3.4 Bairro: VILA CASCATA DAS ANTAS	
3.5 Município: POCOS DE CALDAS		3.6 UF: MG	3.7 CEP: 37.704-369
3.8 Telefone(s): (35) 3741-1720		3.9 E-mail:	

4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

4.1 Denominação: Fazenda Laranjal		4.2 Área Total (ha): 320,5900	
4.3 Município/Distrito: POCOS DE CALDAS		4.4 INCRA (CCIR):	
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 59.570		Livro:	Folha: Comarca: POCOS DE CALDAS
4.6 Coordenada Plana (UTM)	X(6): 332.000	Datum: SIRGAS 2000	
	Y(7): 7.593.000	Fuso: 23K	

5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL

5.1 Bacia hidrográfica: rio Grande	
5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está () não está (X) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11)	
5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção (); da flora: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção () (especificado no campo 11).	
5.4 O imóvel se localiza () não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11).	
5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 11,60% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.	
5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11)	
5.7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel	Área (ha)

5.9 Regularização da Reserva Legal – RL				
5.10 Área de Preservação Permanente (APP)				Área (ha)
5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa				41,5328
5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado		Agrosilvipastoril		9,9206
		Outro: infraestrutura		1,0000
6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
Tipo de Intervenção REQUERIDA			Quantidade	Unidade
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação nativa			0,0630	ha
Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO			Quantidade	Unidade
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação nativa			0,0630	ha
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
7.1 Bioma/Transição entre biomas				Área (ha)
Mata Atlântica				0,0630
7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias				Área (ha)
Outro -				0,0630
8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
8.1 Tipo de Intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Plana (UTM)	
			X(6)	Y(7)
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação n	SIRGAS 2000	23K	332.701	7.593.818
9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
9.1 Uso proposto	Especificação			Área (ha)
Nativa - sem exploração econômica				138,5700
Agricultura	oliveira, café, pomar, pousio			149,2901
Silvicultura Eucalipto				23,3542
Infra-estrutura	estradas, barramentos, casas, terreiro			9,3758
Total				320,5901
10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
10.1 Produto/Subproduto	Especificação	Qtde	Unidade	
LENHA FLORESTA NATIVA	árvores variadas	1,00	M3	
10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)				
10.2.1 Número de fornos da Carvoaria:		10.2.2 Diâmetro(m):		10.2.3 Altura(m):
10.2.4 Ciclo de produção do forno (tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar):				(dias)
10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc):				
10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc):				

5.6 Especificação grau de vulnerabilidade: Muito baixa.

12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS

1. Histórico:

- Data da formalização: 17/09/2018
- Data do pedido de informações complementares: 20/09/2018
- Data de entrega de informações complementares: 23/11/2018
- Data da emissão do parecer técnico: 21/01/2019

A intervenção requerida já foi realizada sem a devida licença ambiental e foi fruto de autuação pela polícia militar, descrito nos AI 116437/2018 e AI116438/2018. O requerente entra com a solicitação de DAIA para regularizar e desembargar a área de intervenção.

2. Objetivo:

É objeto deste parecer analisar a solicitação de DAIA com vista a intervenção em 0,0630 ha em Área de Preservação Permanente de córrego sem nome para regularizar a construção de barramento e barracão com estruturas de bombeamento e fertilirrigação de lavoura de café.

3. Caracterização do empreendimento:

O imóvel denominado Fazenda Laranjal é propriedade da empresa Fazenda Sertãozinho Ltda. localizado no Município de Poços de Caldas-MG o imóvel possui uma área total de 321,2 ha, equivalente a 16,03 módulos fiscais.

Trata-se de propriedade de topografia de relevo acidentado, solo Cxhd1- Cambissolo hálico distrófico típico, A fraco/moderado, textura argilosa, em relevo forte ondulado, coberto por cultivo de oliveira, cafeicultura, silvicultura e Floresta Estacional Semidecidual Montana em estágio inicial, médio e avançado de regeneração, estando situado na micro bacia do rio Iambari, bacia do Rio Grande, na Unidade de Planejamento e Gestão dos recursos Hídricos Afluentes dos rios Mogi-Guaçu e Pardo – GD6.

A propriedade possui Reserva Florestal Legal de 74,08 ha em Floresta Estacional Semidecidual Montana em estágio avançado, médio e inicial de regeneração, não inferior à 20% da área total da propriedade, averbada na matrícula 51.369 (AV-2, com 63,34 ha) e 19.544 (AV-14, com 10,74 ha), sendo que a matrícula 51.369 foi desmembrada e encerrada em 23 de janeiro de 2003 e unificada, após várias alterações, na matrícula 59.570 em 28 de dezembro de 2007, tendo em sua AV-1 a referência a reserva legal referente às matrículas anteriores.

Consta também na atual matrícula, 59.570 (AV-5), uma área de 11,7540 ha demarcada na modalidade de compensação da matrícula 31.229, (AV-14) do CRI de Poços de Caldas, coberta por Floresta Estacional Semidecidual Montana em estágio inicial e médio de regeneração.

Junto ao processo foi apresentada a inscrição no CAR MG-3151800-FDADECF7FF8C47AC90D0E8A983898D50, em nome da propriedade Fazenda Laranjal. No referido CAR foi descrito uma área total de 324,4 ha, discriminando 178,42 ha de área consolidada, 143,92 ha de remanescente florestal nativo, com 89,88 ha de reserva legal, 27,71% da área total, incluindo a área de compensação.

Portanto o CAR transcreve corretamente as áreas de reserva legal, em seus valores e limites, demarcados nas matrículas 51.369 (AV-2), 19.544 (AV-14), 59.570 (AV-5) e 31.229, (AV-14), constando assim aprovado.

4. Da Autorização para Intervenção Ambiental:

Visando um aumento de produtividade e da qualidade do manejo da cafeicultura a empresa proprietária do imóvel realizou um planejamento de fertilirrigação por gotejamento de sua lavoura, com execução no ano corrente de 2018.

Para a implantação do novo manejo foi realizada a construção de barramento, acessos e barracão destinado a captação de água e mistura de fertilirrigação, culminando em uma intervenção em APP de 630 m².

O requerente descreve a área antes da intervenção como antropizada com predomínio de vegetação exótica, principalmente capim Napier (*Pennisetum purpureum*).

No dia 27 de Agosto de 2018 a Polícia Militar, representada pelo servidor PM André D. Andrade esteve na propriedade e constatou tal intervenção sem a devida licença ambiental e lavrou os AI 116437/2018 e 116438/2018.

AI 116437/2018

Foi lavrado enquadrando o autuado no artigo 112 do anexo III do Decreto 47.383/18, código 301 por "Realizar a construção de um pequeno barramento e construção de alvenaria, estando a área localizada a menos de 30 m de um curso d'água com largura menor de 10 m, vindo a suprimir a vegetação nativa, rasteira e danificar galhos em uma área total de 0,0630 ha sem possuir autorização do órgão ambiental competente".

Ainda foi descrito a apreensão de 1,5 st de lenha nativa, ficando o autuado como depositário.

116438/2018

Foi lavrado enquadrando o autuado no artigo 112 do anexo II do Decreto 47.383/18, código 213 e 218 por “realizar captação de 0,7944L/s em barramento e por promover intervenção que altere o regime, quantidade e ou qualidade dos recursos hídricos sem outorga.”

Ficando a área com as atividades suspensas até a regularização junto ao órgão ambiental competente.

O local passível de autuação e que busca a regularização através da emissão de DAIA fica nas coordenadas geográficas UTM (Datum SIRGAS 2000; Fuso 23K; Meridiano 45º):

(X) 332701 e (Y) 7593818

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

A propriedade em questão:

- Não está localizada na área Reserva da Biosfera da Mata Atlântica;
- É de prioridade extrema para conservação da biodiversidade.

Segundo a DN 217/17, o empreendimento é dispensado de licenciamento ambiental segundo o enquadramento na atividade G-01-03-1 Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris exceto horticultura, por possuir apenas 23,3542 ha de silvicultura, 12,7435 ha de cultivo de oliveira e 108,6004 ha de cafeicultura, ficando abaixo do parâmetro mínimo de 200 ha de área útil de cultivo.

4.2 Da Vistoria realizada:

Foi realizada vistoria na data 18 de setembro de 2018, onde constatou-se que o barramento, acessos e barracão destinado a captação de água e mistura de fertirrigação estavam construídos, porém com a atividade fim parada.

O 1,5 st de madeira guardado, equivalente a aproximadamente 1,0 m³, era composto basicamente por galhos e material lenhoso de pequeno porte, caracterizando que a supressão da vegetação nativa descrita AI 116437/2018 podendo ser como corte de árvores isoladas ou no máximo um estágio inicial de regeneração, visto que a área é bastante antropizada, no meio de uma área consolidada onde fica a vila e demais infraestruturas da propriedade.

Portanto a construção do barramento para a captação de água para irrigação e suas estruturas era passível de autorização, seguindo o que transcreve o Art. 3º, alínea b do inciso III da lei 20.922/13 que enquadra como atividade eventual ou de baixo impacto ambiental: “a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a regularização do uso dos recursos hídricos ou da intervenção nos recursos hídricos.”

Sendo assim, o requerente poderia realizar a intervenção desde que possuísse a outorga de direito de uso do recurso hídrico e o Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental para a intervenção em APP, justamente o que está requerendo neste processo para regularizar a intervenção ora já realizado.

Com a construção do barramento, e a área de alagamento estando com a superfície menor do que 1 ha, ocorre uma descaracterização da APP do córrego segundo o Art. 9º da lei 20922/13:

Art. 9º Para os efeitos desta Lei, em zonas rurais ou urbanas, são APPs:

(...)

III - as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa de proteção definida na licença ambiental do empreendimento;

(...)

§ 5º Nas acumulações naturais ou artificiais de água com superfície inferior a 1ha (um hectare), fica dispensada a reserva da faixa de proteção prevista nos incisos II e III do caput, vedada nova supressão de áreas de vegetação nativa, salvo autorização pelo órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama.

Portanto, a intervenção de 630 m² se enquadra nesta situação, já que, sendo passível a construção e regularização do barramento através da obtenção do DAIA e outorga, descaracterizaria a APP de 30 m do córrego natural na área de construção do barracão, e assim também regulariza tal intervenção em APP, visto que hoje a não regularização de tal intervenção levaria a demolição da infraestrutura em uma área que já não é mais considerada de preservação permanente.

Além de se enquadrar como instalações necessárias à captação e condução de água, visto que o barracão existe para a regularização e bombeamento da fertirrigação para lavoura, dentro da descrição como atividade eventual ou de baixo impacto ambiental.

4.3 Da alternativa locacional:

O método de irrigação adotado levou em consideração a topografia e fonte de água (localização, vazão e qualidade) além da cobertura vegetal ou não do local de intervenção.

Nesse contexto foi realizado um estudo técnico de alternativa locacional no qual foram avaliados dois pontos para a implantação das estruturas:

Alternativa 1: (X) 332703.00 e (Y) 7593827.00

Alternativa 2: (X) 333230.00 e (Y) 7594705.00

A alternativa 2 se mostrou inadequada, pois iria ser necessária a supressão de indivíduos arbóreos, além de estar em uma cota mais baixa o que acarretaria em um consumo de energia maior e consequente maior custo.

Sendo assim, a alternativa 1, mostrou-se mais viável, devido maior antropização do local, com predomínio de gramíneas, além de contar com rede elétrica próxima ao local e proximidade da lavoura.

4.4 Possíveis Impactos Ambientais e Respectivas Medidas Mitigadoras:

Não há de se falar de possíveis impactos ambientais, visto que a intervenção já foi realizada.

Os impactos gerados por barramento de curso d'água são a inundação de áreas de preservação permanente, mudança de regime do recurso hídrico de lótico para lântico podendo acarretar alterações físico-químicas que alterariam o ecossistema local.

Devido a pequena área de intervenção esses impactos são considerados de baixa magnitude, visto que a área de preservação permanente no local de intervenção estava coberta por gramíneas e vegetação arbustiva que poderiam causar a acidificação da água quando não ocorre a retirada prévia em escala adequada, além de ser baixa e pontual a alteração do regime hídrico.

Junto a intervenção foram instaladas estruturas de contenção de água pluvial e de possíveis vazamentos de fertilizantes no barracão construído ao lado do barramento.

5 Medidas compensatórias:

Como compensação, o requerente se comprometeu a realizar a recuperação de uma área equivalente a 800 m² ou 0,08 ha em Área de Preservação Permanente no entorno de uma nascente, no interior da propriedade, com o plantio de 134 mudas nativas características da região, em espaçamento 3 x 2 metros nas coordenadas geográficas UTM (Datum SIRGAS 2000; Fuso 23K; Meridiano 45°):

(X) 332.698 e (Y) 7.593.473

5. Conclusão:

Por fim, considerando que a intervenção ambiental é eventual ou baixo impacto ambiental, que foram adotadas medidas que mitigaram os impactos gerados, que não havia melhor alternativa locacional para a instalação da infraestrutura, a equipe técnica sugere o DEFERIMENTO solicitação de intervenção ambiental 0,0630 ha de preservação permanente, e consequente desembargo de 1,0 m³ de lenha nativa, na propriedade Fazenda Laranjal, propriedade da empresa Fazenda Sertãozinho Ltda. nos pontos de coordenada UTM (Datum SAD69; Fuso 23K; Meridiano 45°) :

Ponto 01: (X) 332703.00 e (Y) 7593827.00

6. Condicionantes:

- Realizar a recuperação de uma área equivalente a 800 m² ou 0,08 ha em Área de Preservação Permanente no entorno de uma nascente, no interior da propriedade, com o plantio de 134 mudas nativas características da região, em espaçamento 3 x 2 metros nas coordenadas geográficas UTM (Datum SIRGAS 2000; Fuso 23K; Meridiano 45°): (X) 332.698 e (Y) 7.593.473;
- Realizar frequente monitoramento, esvaziamento e manutenção da caixa de contenção do barracão;
- Obter a regularização dos usos dos recursos hídricos através da obtenção de outorga.

13. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

BRUNO SOARES FURLAN - MASP:

14. DATA DA VISTORIA

terça-feira, 18 de setembro de 2018

15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

Relatório

Foi requerida por FAZENDA SERTÃOZINHO, inscrita no CNPJ sob o nº 01.593.963/0003-70, a intervenção em área de preservação permanente – APP sem supressão de vegetação, para regularização de um barramento localizado na propriedade

denominada “Fazenda Sertãozinho”, localizada no Município e Comarca de Poços de Caldas/MG, inscrita do CRI sob o nº 59.570. A propriedade foi objeto de cadastro no SICAR (fls. 80/82). Foi possível verificar o recolhimento dos emolumentos. (fls.71/72). Foi verificado FCE Eletrônico resultante em não passível e declaração de dispensa de licenciamento ambiental (fls. 87/94). É o relatório, passo à análise.

Análise

Trata-se de intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em Área de Preservação Permanente – APP, para fins de regularização de barramento para a finalidade de acumulação de água para fins de irrigação de lavoura de Café, onde a Lei Estadual nº 20.922/13 em seu art. 3º, II, g, permite sua realização, por considerar atividade de interesse social, como podemos constatar a seguir:

Art. 3º Para os fins desta Lei, consideram-se:

...

II - de interesse social:

a) ...

...

g) a implantação da infraestrutura necessária à acumulação e à condução de água para a atividade de irrigação e à regularização de vazão para fins de perenização de curso d'água;

...

Outrossim, a Lei Estadual permite a intervenção em área de preservação permanente para as atividades consideradas de interesse social, vejamos:

Art. 12. A intervenção em APP poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente em casos de utilidade pública, interesse social ou atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, desde que devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio.

Por consequência da intervenção em APP realizada, ocorreu supressão de vegetação nativa rasteira e galhos, que segundo o Analista Ambiental vistoriante pode ser enquadrado como corte de árvores isoladas ou, no máximo, estágio inicial, porém gerando rendimento lenhoso de 1,5 st de lenha nativa, fazendo ocorrer o Fato Gerador da Taxa Florestal, conforme dispositivo da Lei 4.747/68 transcrito a seguir:

Art. 59 - Sujeitam-se às incidências da Taxa Florestal os produtos e subprodutos de origem florestal.

§ 1º - São produtos florestais, para fins de incidência, a lenha, a madeira, as raízes e os produtos florestais não madeireiros indicados em regulamento.

Ademais, com a supressão da vegetação nativa na propriedade com rendimento lenhoso, gerou a obrigação de recolhimento da Reposição Florestal, conforme o art. 78 da lei 20.922/13, verbis:

Art. 78 – A pessoa física ou jurídica que suprima vegetação nativa ou que industrialize, beneficie, utilize ou consuma produtos e subprodutos florestais oriundos de florestas nativas fica obrigada a cumprir a reposição de estoque de madeira de florestas nativas em compensação pelo consumo ...

No tocante à instalação das estruturas necessárias à captação e condução da água, mediante a construção de acessos e barracão, foi realizada na área de entorno do reservatório artificial que possui 630 m² de área, não havendo supressão de vegetação nativa, sendo, portanto, dispensada da faixa de APP, podendo ser mantidas na propriedade, de conformidade com o §5º do art. 9º da Lei 20.922/13, que assim preceitua:

Art. 9º ...

...

§ 5º – Nas acumulações naturais ou artificiais de água com superfície inferior a 1ha (um hectare), fica dispensada a reserva da faixa de proteção prevista nos incisos II e III do caput, vedada nova supressão de áreas de vegetação nativa, salvo autorização pelo órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama.

Ainda quanto à intervenção em APP, a Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1.905/13, a qual dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental no âmbito do Estado de Minas Gerais, em seu art. 4º, define que os requerimentos para intervenção ambiental não integrados a procedimento de licenciamento ambiental serão autorizados por meio de Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental – DAIA.

A Resolução Conjunta retrocitada preceitua, também, em seu art. 1º, I, b, que intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em APP é espécie de intervenção ambiental a ser autorizada por meio de DAIA.

A requerente foi autuada pelas intervenções realizadas sem autorização ambiental.

Enfim, o Parecer Técnico verificou a inexistência de alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, atestou que a propriedade não está localizada em área de Reserva da Biosfera e aprovou as medidas compensatórias, bem como os estudos apresentados.

Ainda, pelo fato de requerente suprimir a vegetação nativa em sua propriedade sem autorização, foi lavrado Auto de Infração com embargo da área. Temos que a aquisição do DAIA ora requerido, com a assunção, pelo requerente, do compromisso de cumprir das medidas compensatórias impostas pelo Analista Ambiental vistoriante no Parecer Técnico, faz cessar o embargo da área, de conformidade com o art. 106, §2º do Decreto Estadual nº 47.383/2018, conforme podemos constatar a seguir:

Art. 106 – A penalidade de embargo parcial ou total de obra ou atividade será aplicada quando o infrator estiver exercendo atividade em desconformidade com o ato de regularização ambiental concedido ou quando o infrator estiver exercendo atividade devidamente regularizada causando poluição ou degradação ambiental.

§ 1º – O embargo de obra ou atividade será determinado e efetivado de imediato.

§ 2º – O embargo de obra ou atividade prevalecerá até que o infrator comprove, no processo administrativo de auto de infração, a adoção das medidas específicas para cessar ou corrigir a poluição ou degradação ambiental.

...

Por derradeiro, quanto à Taxa Florestal a ser paga intempestivamente e ser oriunda de desmatamento, frise-se que em atendimento ao art. 34 do Decreto Estadual 47.580/18 a mesma deverá ser cobrada acrescida do percentual de 100% do valor devido, senão vejamos:

Art. 34 – Nos casos de desmatamento ou queimada, quando feitos sem a observância do licenciamento ou das autorizações prévias, a taxa será devida com 100% (cem por cento) de acréscimo, sem prejuízo das multas e ações penais decorrentes da inobservância da legislação ambiental.

Conclusão

Face ao acima exposto, verifico que o pedido é juridicamente possível, não encontrando óbice à autorização. A competência para a autorização é do Supervisor Regional do IEF, conforme Decreto Estadual 47.344/18. As medidas compensatórias aprovadas no Parecer Técnico deverão constar no DAIA. Deverá ser regularizada a utilização dos recursos hídricos junto ao IGAM. Deverão ser recolhidas a Taxa Florestal e a Reposição Florestal antes da entrega do DAIA. Conforme Resolução Conjunta SEMAD/IEF N° 1.905/2013, e considerando a extinção da Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF pela DN COPAM 217/2017, o prazo de validade do DAIA deverá ser de 2 (dois) anos.

Varginha, 31 de janeiro de 2018.

16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)
--

RONALDO CARVALHO DE FIGUEIREDO - 77440

17. DATA DO PARECER

sexta-feira, 1 de fevereiro de 2019